



Narrativas do cuidado: contribuição ao debate teórico e historiográfico numa perspectiva de gênero

Narrativas del cuidado: una contribución al debate teórico e historiográfico desde una perspectiva de género

Narratives of care: a contribution to the theoretical and historiographical debate from a gender perspective.

Ana Paula Vosne Martins*

Palavras-chave:

Cuidado
Ética
Práticas
História
Gênero

Resumo

O artigo realiza uma discussão conceitual do cuidado e um levantamento parcial e incompleto da produção historiográfica sobre as múltiplas dimensões do cuidado no contexto latino-americano, destacando as abordagens de gênero e de história das mulheres. A primeira parte do artigo trata das transformações históricas e culturais da noção de cuidado, a começar pela ambigüidade semântica e suas correlações éticas e morais, como também as diferentes abordagens do cuidado na tradição filosófica e literária ocidental. Discute-se ainda a crítica feminista ao cuidado como trabalho reprodutivo e naturalizado e as contribuições teóricas feministas

* Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora Titular do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná e bolsista de Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq). Contacto: ana_martins@uol.com.br

ao debate sobre a ética do cuidado. A segunda parte do artigo faz um ajuste de foco para a produção historiográfica sobre o cuidado numa abordagem relativa ao gênero a partir de uma seleção parcial de estudos realizados no Brasil, na Argentina e no Chile.

Palabras claves:

Cuidado

Ética

Prácticas

Historia

Género

Resumen

Este artículo realiza una discusión conceptual del cuidado y una recogida parcial e incompleta de la producción historiográfica acerca de sus múltiples dimensiones en el contexto latinoamericano y con enfoque en cuestiones de género y en la historia de las mujeres. La primera parte del artículo trata de transformaciones históricas y culturales de la noción del cuidado, inicialmente discutiendo su ambigüedad semántica y correlaciones éticas y morales, y en seguida discutiendo los diferentes puntos de vista sobre la palabra en cuestión dentro de la tradición filosófica y literaria occidental. Se discute aún la crítica feminista acerca del trabajo reproductivo y naturalizado y de las contribuciones teóricas feministas para el debate acerca de la ética del cuidado. La segunda parte del artículo cambia su mirada analítica hacia la producción historiográfica acerca del cuidado según la perspectiva de género y a partir de una selección parcial de estudios realizados en Brasil, Argentina y Chile.

Keywords:

Care

Ethics

Practices

History

Gender

Abstract

This article provides a conceptual discussion of care and a partial and incomplete survey of the historiographical production on its multiple dimensions in the Latin American context and with a focus on gender issues and women's history. The first part of the article deals with historical and cultural transfor-

mations of the notion of care, initially discussing its semantic ambiguity and ethical and moral correlations, and then discussing the different approaches to the word in question within the Western philosophical and literary tradition. The feminist critique of reproductive and naturalised labour and feminist theoretical contributions to the debate on the ethics of care are also discussed. The second part of the article shifts its analytical focus to the historiographical production on care from a gender perspective and based on a partial selection of studies carried out in Brazil, Argentina and Chile.

Introdução

“Perguntado a uma mulher idosa o que ela teria feito em tal dia de tal ano, ela responderia que não recordava de nada, pois todos os jantares foram preparados, os pratos e copos lavados, as crianças mandadas para a escola e sumidos no mundo. Nada resta de tudo isso. Tudo se evaporou. Nenhuma biografia ou história tem uma palavra a dizer a esse respeito. (...) Todas estas vidas infinitamente obscuras permanecem por registrar.”

Woolf, 1985, p.118

Ao tratar do registro da história no seu longo ensaio publicado em 1929, Virginia Woolf lembra que a maior parte do tempo e das ações que decorrem ao longo da vida das mulheres, não interessa à narrativa histórica, à História como registro das coisas, fatos e personagens meritórios da memória escrita e perene. São gestos, ações, práticas, formas de ser e de viver impermanentes. “Nada resta de tudo isso”, nada resta deste conjunto de ações e de reflexões que compõem, em parte, o que na atualidade os estudos acadêmicos e feministas chamam de “cuidados”. Woolf se referia explicitamente aos cuidados como prática e experiência subjetiva

femininas, sublinhando, bem à sua maneira de quase dizer, que à desimportância dos cuidados e do cotidiano para a memória histórica, equivaleria sua condição indispensável para a manutenção da vida, desde as menores e singulares expressões, até as formas mais elaboradas, complexas e abrangentes. Seriam os cuidados essencialmente femininos e fundamentais para a manutenção da vida, assim como a história seria o registro masculino do poder? Haveria uma intrínseca divisão de gênero nestas operações destacadas por Woolf, ou ela tão somente colocou em relevo um modo de funcionamento do poder no qual as mulheres deveriam cuidar e desaparecer no esquecimento, enquanto homens deveriam exercer o poder e entrar para a História?

Partindo desta provocação de Woolf a respeito do que constitui a matéria da História e do que foi rejeitado pelas operações de seleção e de registro do conhecimento histórico, este artigo tem a incumbência de realizar uma dupla operação. Tendo em vista a naturalização feminina do cuidado, a primeira parte do artigo procura realizar uma análise histórica dos significados da palavra cuidado, afinal, esse processo de naturalização se deu a partir das mutações históricas das práticas, dos valores e dos sujeitos que a palavra cuidado evoca. A segunda parte do artigo propõe um breve e incompleto exercício de reflexão historiográfica sobre práticas e políticas assistenciais no meio acadêmico latino-americano, tendo em vista que a fortuna crítica do conceito de cuidado se deu majoritariamente em campos disciplinares como a filosofia, sociologia, antropologia, psicologia e economia, com destacada contribuição da crítica feminista.

O exercício realizado na segunda parte do artigo revela a ausência de uma reflexão crítica do conceito de cuidado pela historiografia latino-americana, tanto assim que os trabalhos aqui analisados não utilizaram este conceito. Estabelecemos como critérios para a seleção dos livros e artigos analisados, em primeiro lugar, a aproximação semântica e hermenêutica da problematização do cuidado a partir dos conceitos de assistência e de políticas de assistência, ambos bem desenvolvidos em diferentes estudos sobre a história da assistência médica e social; em segundo, trabalhos a respeito das profissões relacionadas aos serviços de cuidados; em terceiro, a filantropia, seus agentes e instituições; e como último critério, trabalhos sobre a assistência ao parto e à maternidade. Portanto, trata-se de um campo de investigação ainda a ser explorado pela historiografia a partir de abordagem teórica interdisciplinar, afeita aos estudos sobre os cuidados.

Significados históricos e abordagens dos cuidados

Iniciamos com um exercício de genealogia semântica. A palavra cuidado assemelha-se a um quebra-cabeças, tamanha a diversidade de seus significados e usos históricos. Na historiografia é substituída por conceitos como assistência e proteção, mais delimitados à história da caridade, da filantropia e das políticas sociais e de assistência social. Entretanto, seu uso é bastante antigo e não tem relação imediata com os usos mais contemporâneos e privados.

Em sua origem latina, *cura* é uma palavra que denota ambigüidade de sentidos, pois pode se referir à preocupação, ao fardo, a estar sobrecarregado com problemas, portanto, a uma situação de ansiedade. Outro sentido é a preocupação pelo bem estar e a segurança de alguém, geralmente alguém próximo, mas também pode se referir à preocupação com o bem estar coletivo e político, da cidade ou da República. Um terceiro sentido de *cura*, de teor moral, diz respeito à atenção e à consciência do outro, solicitude e dedicação, sem que necessariamente este sentimento estivesse direcionado a alguém próximo.

Segundo Warren T. Reich os registros desta ambigüidade original da palavra cuidado são abundantes na literatura clássica, tanto latina (*cura*), quanto grega (*epiméleia/epimeléomai*).¹ Tomando como referência este *corpus* literário clássico, recorremos a Michel Foucault com a finalidade de compreender uma transformação histórica importante do valor ético do cuidado que teve seu apogeu nos dois primeiros séculos da era cristã, mas que faz parte de um longo processo histórico que remonta à época da elaboração dos diálogos platônicos. É o que Foucault chama de “cultura de si”, quando se intensificaram as relações de si para consigo.²

A cultura de si ou a arte da existência se justifica pelo princípio geral de que é necessário ter cuidados consigo ou ocupar-se de si mesmo como parte da própria filosofia, da busca pela sabedoria e a verdade. Segundo Foucault, o desenvolvimento da cultura de si esteve presente em diferentes doutrinas filosóficas, como o platonismo, o epicurismo e o estoicismo, tendo continuidade com os pensadores cristãos da Antiguidade Tardia.

A cultura de si não foi compreendida pelos pensadores clássicos como um elogio ao indivíduo por si mesmo, mas como um labor que requeria tempo,

1 Reich, 1995.

2 Foucault, 1985, p.49.

práticas de exame de consciência, meditação, memorização, o uso de regimes e necessariamente das relações com os demais, com os amigos, solicitando conselhos sobre o cuidado do corpo e da alma: “em torno dos cuidados consigo toda uma atividade de palavra e de escrita se desenvolveu, na qual se ligam o trabalho de si para consigo e a comunicação com o outro”.³

Cabe sublinhar que esta longa tradição filosófica do cuidado de si desenvolveu um conceito positivo e ético do cuidado, como uma prática para tornar-se realmente humano. O cuidado seria, portanto, uma qualidade ética, uma disposição para o bem e o certo, à moral e à justiça, para si, para o outro e para o mundo. A noção filosófica de cuidado se desenvolveu do mundo real e material dos corpos e dos sentidos, para a reflexão sobre a alma e também para os assuntos da *polis* e da *Res Publica*.

De acordo com Reich, outra importante tradição filosófica e religiosa está relacionada ao cuidado da alma (*cura animarum*). Esta preocupação já se encontrava na cultura de si pagã, conforme demonstrou Foucault, mas adquiriu um sentido mais profundo, espiritual e até mesmo escatológico na tradição cristã. O sentido de *cura animarum* é variável. Pode significar atos de ajuda a alguém que sofre de atribulações espirituais e/ou mentais e necessita de ajuda, apoio, guia. Este sentido é semelhante aos cuidados médicos do corpo, mas voltados para a saúde espiritual. Pode também significar um conjunto de práticas de aperfeiçoamento e preparação para o fim último da salvação, como o desapego da matéria e das paixões, a contemplação da bondade divina, a oração e um conjunto de práticas de controle do corpo e dos desejos como forma de pacificar a alma, havendo também nos escritos estoicos e cristãos do cuidado da alma uma hierarquia dos cuidados: os cuidados da alma precedem os cuidados do corpo e das coisas mundanas e temporais, como se encontra nos ensinamentos do evangelista Mateus.

A genealogia semântica indica, mas não abrange, a diversidade de significados das experiências históricas e práticas do cuidado, ou seja, o substantivo cuidado não tem sentido sem o verbo cuidar. São as ações humanas que dão substância ao cuidado e que nos obrigam a flexionar a palavra no plural, cuidados. Do mesmo modo, as ações de cuidado não têm sentido sem os sujeitos, que podem ser ativos ou passivos, aqueles que cuidam e aqueles que recebem cuidados, embora estas relações não sejam de mão única. Aquele que cuida também precisa de cuidados e quem é cuidado pode receber os

3 Foucault, 1985, p. 57.

cuidados de maneiras muito diferentes, com gratidão, reconhecimento; de forma passiva, ou com resistência e sem reconhecimento, o que implica em-consequências éticas e conflitos, bem como a amplitude de sentimentos e emoções relacionados aos cuidados.⁴

Saindo do terreno semântico para entrar no terreno da história das ações de cuidado, também se verificam as ambigüidades constatadas na etimologia. Entre os gregos antigas ações de cuidados para a manutenção da vida se davam no espaço do *oikos*, da unidade familiar, econômica e do poder masculino e patriarcal. As atividades do cuidado abarcavam a conservação material e das pessoas, como a alimentação, a criação dos filhos, as atenções com os doentes e as pessoas idosas, ou seja, todas as atividades consideradas fundamentais para a reprodução e manutenção da vida física e material. Neste sentido, tanto o *oikos*, como as atividades do cuidado se distinguiam, por sua natureza e por sua origem, do espaço da *polis* e das atividades políticas da cidadania masculina. Este imaginário binário da ordem se manteve inalterado por muito tempo, tanto nos escritos filosóficos, como na organização material e sentimental das relações sociais.⁵

Se os cuidados eram essenciais para a vida, o fato de serem organizados e dispensados no espaço do *oikos* pelas mulheres e/ou pelos escravos ajuda a compreender sua vinculação histórica à repetição da vida material, à subalternidade social das pessoas responsáveis pelos cuidados, à inferioridade das atividades femininas e servis quando comparadas às atividades públicas, políticas e masculinas. Embora fosse necessário para a manutenção e preservação da vida, o cuidado permaneceu associado ao domínio das necessidades humanas e, por essa razão, fortemente associado a conceitos negativos e limitados, como a dependência, a inferioridade e a desigualdade. De acordo com Joan Tronto, os atributos negativos de uma prática associada às necessidades e ao lugar dos subalternos, contribuíram para a percepção dos cuidados como práticas do mundo pré-político, ou acima da política, se associados às qualidades morais e espirituais necessárias para o cuidado da alma e da prática da *caritas* no âmbito da moralidade e da ética cristã.⁶

4 Tronto, 1996.

5 Martins, 2011.

6 Tronto, 1996.

Uma importante inflexão no conceito de cuidado ocorre na literatura e na filosofia moral entre os séculos XVII e XVIII. Na época do predomínio do racionalismo filosófico e científico na organização moderna do conhecimento, algumas escritoras francesas e inglesas passaram a valorizar a expressão dos sentimentos e das emoções como sinal de distinção e elevação moral, especialmente das personagens femininas do romance moderno. Ao valorizar os sentimentos e qualidades como a devoção, o altruísmo, a amizade, o amor desinteressado e espiritual, os romances modernos escritos por mulheres contribuíram indiretamente para destacar sentimentos e práticas que raramente eram objeto da escrita literária. Protagonistas femininas dotadas de nobreza de sangue e de alma expressavam suas qualidades morais não só pelos sentimentos, mas por ações de cuidados, como a caridade com os pobres e desafortunados, atenção consciente a situações que demandavam a organização e a distribuição de recursos – como as guerras, epidemias e fome – mas também solicitude com os mais próximos, como amigos e familiares.⁷

Os romances escritos por mulheres nos séculos XVII e XVIII contribuíram para a valorização moral dos cuidados como um atributo distintivo e meritório das mulheres. Se, por um lado, as qualidades morais femininas dos sentimentos e cuidados deram argumentos favoráveis às mulheres na longa querela literária e filosófica sobre as capacidades femininas – *querelle des femmes* – por outro, justificou suas limitações ao mundo das emoções e das práticas dos cuidados, fundamentando a organização de um mundo feminino separado do mundo masculino da política, da cultura, do conhecimento e da realização da autonomia dos indivíduos.⁸

No século XVIII a filosofia moral também refletiu sobre os cuidados a partir da problematização dos sentimentos. No livro “Teoria dos sentimentos morais” publicado em 1755 por Adam Smith se apresenta o conceito de simpatia, palavra que abrigava uma ampla variedade de sentimentos, como piedade, compaixão, expressão da solidariedade e solicitude com o sofrimento alheio. Para Smith a simpatia pelo que sofre não se restringia ao sentimento, pois demandava ação virtuosa, o que elevava seu portador a uma condição moral superior ao vulgare ao ordinário.⁹

7 Mothersole, 1989.

8 Knotte Taylor, 2007; Zechlinski, 2012; Miranda, 2017.

9 Smith, 2002, p. 26.

É a qualidade moral de importar-se com o outro que sofre e carece de solicitude que induz a ação benemerente, que para Smith abrange os cuidados e a atenção para com os demais. É interessante notar como o autor estabelece uma ordem ascendente de recomendações para a prática dos cuidados, a começar com o cuidado consigo mesmo, seguido dos cuidados com a família, especialmente crianças e idosos; a solicitude ou o cuidado com os amigos (a amizade só pode existir entre pessoas virtuosas); com os ricos e com os pobres (todos merecem cuidados, mesmo os ricos); com o país ou a nação; e por fim, o que Smith chama de uma atenção benevolente universal.

Cabe destacar que Adam Smith não estabeleceu uma divisão de gênero para os sentimentos morais, nem para a divisão sexual dos cuidados, algo inaudito, afinal a publicação de seu livro é contemporânea ao desenvolvimento de uma literatura moral específica para as mulheres, tanto secular, quanto religiosa. Para Smith, prevalece uma definição abstrata do ser virtuoso, sujeito racional e sensível, que observa, sente e age moralmente:

“(...)sentir muito pelos outros e pouco por nós mesmos, restringir nossos afetos egoístas e cultivar os benevolentes, constitui a perfeição da natureza humana, e somente assim se pode produzir entre os homens a harmonia de sentimentos e paixões em que consiste toda a sua graça e propriedade”.¹⁰

A partir do século XVIII, como demonstrou Adam Smith, a inclusão do cuidado no léxico filosófico se deu pela problematização moral e como expressão da virtude, que no contexto da Luzes poderia ser uma qualidade masculina e feminina. Não obstante, a abstração moral não correspondeu historicamente às dicotomias entre cuidado e ação política, sentimento e razão, espaço privado e espaço público, permanecendo os cuidados no terreno da particularidade de indivíduos marcados pela necessidade, repetição e dependência. Mesmo que elevado ao domínio da cultura escrita como valor moral, historicamente o cuidado e suas práticas permaneceram restritos ao mundo das ações cotidianas e invisíveis, necessárias à reprodução e manutenção da vida, mas pouco valorizadas quando contrastadas com o mundo da ação pública e política.

Na história mais recente dos séculos XIX e XXa palavra cuidado foi paulatinamente excluída do vocabulário filosófico e migrou para a literatura e

¹⁰ Smith, 2002, p.26.

os escritos de educação das mulheres. É notável como a “especialização” feminina dos cuidados foi concomitante à construção histórica da ideologia da domesticidade. Cuidar se tornou um verbo de ação feminina, da mesma maneira que certos sentimentos passaram a ser associados à feminilidade, como é o caso da bondade e do altruísmo.¹¹

A distinção das esferas pública e privada como parte da definição e distribuição moderna dos espaços de subjetividade e de poder, contribuiu para o processo de naturalização e feminilização do cuidado. O cuidado passou a ser definido como atributo exclusivo das mulheres, que por sua natureza estariam mais preparadas para dispor de seu corpo, energia, sentimentos e tempo para cuidar da casa, da família e, nas classes mais privilegiadas, cuidar também dos mais pobres pela prática religiosa e moral da caridade e da filantropia.

Apesar da importância moral, cultural e econômica, o cuidado permaneceu no léxico moral e cotidiano, não despertando a atenção dos cientistas sociais, sequer dos historiadores. Entretanto, os observadores sociais do século XIX, como médicos, escritores e funcionários públicos compreenderam que o cuidado se expandira para a diversidade do espaço social como uma prática fundamental frente às contradições do desenvolvimento do capitalismo industrial.

Recorrendo a observações próprias ou aos registros destes observadores sociais, Friedrich Engels produziu uma crítica política ao capitalismo e à burguesia ao retratar as condições de vida e de trabalho da classe operária inglesa nas décadas de 1830 e 1840 no livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, publicado em 1845. Apesar da análise rigorosa e bem fundamentada em diversificada documentação, é interessante notar o viés de gênero na forma como Engels tratou a questão do cuidado no processo de organização do trabalho fabril que afetou diretamente as formas produtivas e de trabalho pré-capitalistas, mas também a vida cotidiana das famílias dos trabalhadores. Esta questão aparece no capítulo intitulado “Os diferentes ramos da indústria”, no qual Engels analisa as condições dos trabalhadores das fábricas têxteis. Referindo-se à composição da mão de obra, Engels diz que não foram somente as máquinas que tiraram os empregos dos homens, mas também a entrada das mulheres e das crianças nas fábricas, levando à desagregação da família dos trabalhadores.

11 Martins, 2013.

O texto de Engels é bastante crítico no conjunto, porém este tema adquire uma conotação de denúncia e mesmo de rechaço, recorrendo a longas citações de informes, da imprensa e de cartas escritas por trabalhadores. O rechaço de Engels é manifesto à inversão dos papéis de maridos e esposas no espaço da casa e na organização dos cuidados. Engels narra a história de um trabalhador desempregado, que tinha que ficar em casa a remendar meias, cuidar das crianças e cozinhar, dependente do trabalho exaustivo da esposa fora de casa. Uma breve citação da indignação de Engels:

“Pode-se imaginar uma situação mais absurda e insensata? E, no entanto, esta situação retira o caráter viril do homem e a feminilidade da mulher, sem estar em condições de dar uma real feminilidade ao homem e à mulher uma real virilidade, esta situação degrada da maneira mais escandalosa os dois sexos e o que há de humano entre eles; essa é a consequência última de nossa civilização tão celebrada, o resultado último de todos os esforços realizados por centenas de gerações para melhorar as suas vidas e a de seus descendentes!”¹²

Este texto é representativo das críticas formuladas no processo político de organização dos trabalhadores no decorrer do século XIX, que adquirem um tom fortemente moral, como a citação de Engels deixa evidente. Líderes sindicais, da mesma forma, viam no sistema de fábrica uma ameaça não só à organização da vida e do trabalho, mas à família e à ordem de gênero. Para além da denúncia e do rechaço à exploração e às condições deploráveis do trabalho das mulheres e das crianças, foi elaborado um discurso político que esvaneceu as fronteiras ideológicas entre liberais e socialistas relativo à inversão de gênero na organização do trabalho, discurso este que defendia o regresso e a permanência das mulheres ao espaço doméstico e aos cuidados, enquanto os homens trabalhadores deveriam criar e fortalecer suas organizações políticas com a finalidade de conquistar reformas legislativas na defesa de seus interesses e do papel masculino de provedor da família, da esposa e dos filhos.

Portanto, durante o século XIX se fortaleceu o discurso da naturalização dos cuidados como atributo feminino e algumas mulheres de classes médias deram a sua contribuição a este debate, especialmente aquelas que participa-

12 Engels, 1985, p. 168

ram do nascente movimento feminista daquele período. Uma importante corrente deste movimento, o feminismo maternalista, valorizava o trabalho dos cuidados, especialmente aqueles relacionados à maternidade, reconhecendo a importância dos cuidados não só para a família, mas para a sociedade e a nação. Muitas feministas européias, estadunidenses e latino-americanas estiveram à frente de associações e de movimentos em defesa da maternidade, bem como escreveram em defesa de reformas legislativas de amparo às mães, como subsídios familiares, salário para as mães, creches, licença maternidade para as trabalhadoras, disponibilidade de serviços médicos comunitários ou organizados pelo Estado, em resumo, um aparato legal e institucional para a proteção à maternidade e à sua valorização social.¹³

O feminismo maternalista não produziu uma crítica à naturalização dos cuidados, pois para uma grande parte de suas ativistas os cuidados deveriam ser dispensados pelas mulheres, consideradas como mais preparadas de um ponto de vista moral e emocional, para reconhecer as necessidades e satisfazê-las, especialmente dos mais frágeis e dependentes, como as crianças. No entanto, cabe destacar uma importante inflexão do discurso maternalista. Ao valorizar o trabalho realizado pelas mulheres mães no espaço da casa e da família, o feminismo maternalista deslocou o cuidado do vocabulário naturalizado da moral privada para o vocabulário das políticas públicas e da responsabilidade moral da sociedade como uma atividade considerada fundamental aos interesses políticos, econômicos, demográficos e nacionais: o trabalho de cuidar do futuro, trabalho que as mães deveriam realizar, não de forma isolada e solitária, mas com apoio social e do Estado.¹⁴

A crítica social e histórica ao trabalho do cuidado teve que esperar até a segunda metade do século XX, nos marcos da teoria crítica feminista. Recorrendo ao aparato conceitual marxista, a crítica feminista produzida entre as décadas de 1970 e 1980 incluiu o cuidado no vocabulário das ciências sociais, como também contribuiu para a problematização teórica e histórica de um tema até então considerado exclusivo somente à vida cotidiana e às mulheres. Tal problematização se deu no conjunto de um vigoroso trabalho investigativo que a historiadora Michelle Perrot muito acertadamente chamou de “acumulação primitiva” da história das mulheres, mas que abrange igualmente investigações sociológicas e antropológicas sobre os impactos

13 Bock e Thane, 1996.

14 Bock e Thane, 1996.

do sistema sexo/gênero nas sociedades e nas estruturas de poder, como também nas representações e na vida cotidiana das mulheres.¹⁵

O conceito de trabalho reprodutivo ou de divisão sexual do trabalho foi importante neste cenário porque definiu as atividades femininas de cuidados como trabalho e não como atributo natural e moral. Também contribuiu para a compreensão das conexões materiais, históricas e sociais entre o trabalho doméstico e o trabalho remunerado. A crítica feminista revelou as estreitas relações entre o trabalho reprodutivo e o trabalho regulado pelo mercado, produzindo uma análise mais sofisticada do trabalho de cuidados, dando visibilidade ao trabalho não remunerado das mulheres, ao seu valor social e econômico no que dizia respeito à reposição da força de trabalho e às representações das mulheres em relação às suas atividades e à percepção e organização do tempo do trabalho de cuidado.¹⁶

As análises históricas do trabalho reprodutivo também foram importantes para compreender as formas de cuidado remunerado, fortemente marcadas pela naturalização e a feminilização do trabalho reprodutivo. Muitas das profissões como a enfermagem, o serviço social e mesmo a docência feminina foram organizadas a partir do paradigma moral e social do trabalho reprodutivo, o que implicava em baixa remuneração e representações sociais de um trabalho feminino fundamentado no amor ou no sacrifício.

O mesmo processo de assimilação do trabalho reprodutivo e doméstico se observa nas atividades remuneradas ou voluntárias como os cuidados de idosos, de pessoas com incapacidades e crianças, serviços de limpeza, de cozinha e de conservação, ou serviços para cuidados específicos com a saúde (atendentes de saúde, visitadoras,) ou com o corpo, como os serviços de beleza e estética. Estas atividades compartilham traços comuns, como a concentração de mão de obra feminina com baixa qualificação profissional, informalidade, salários baixos, relações conflituosas com os patrões e/ou beneficiários dos cuidados, más condições de trabalho e a ausência de políticas reguladoras. Todas estas atividades estão, em diferentes graus, marcadas pela desvalorização histórica do trabalho reprodutivo, doméstico e feminino, conforme vários estudos demonstram.¹⁷

15 Perrot, 1995.

16 Carrasco, Borderías e Torres, 2011.

17 Saffiotti, 1969, 1978; Izquierdo, 2004; Duffy, 2011.

A crítica feminista marxista ao trabalho reprodutivo deu uma valiosa contribuição aos estudos sobre o cuidado e à desnaturalização do trabalho doméstico e feminino, no entanto, a ênfase na diferença sexual manteve inalteradas as representações binárias e identitárias de gênero como masculino/feminino, público/privado, trabalho reprodutivo/trabalho remunerado. A pluralidade das relações sociais e de poder e as múltiplas experiências subjetivas dos cuidados, inclusive a questão das relações de poder e cuidado, não foram desenvolvidas suficientemente pela crítica feminista marxista, permanecendo uma representação ainda limitada e essencialista do gênero na ausência de abordagens teóricas e históricas sobre as interseções de classe, raça, etnia, geração, entre outras categorias sociais e de poder na definição e na organização do trabalho dos cuidados.¹⁸

Outra importante abordagem é a teoria moral feminista dos cuidados. Devido à extensa produção bibliográfica neste campo filosófico destacamos somente a contribuição dos estudos sobre a ética do cuidado, algumas de suas críticas e os desafios colocados à reflexão com a politização do conceito de cuidado.¹⁹ Segundo a filósofa Virginia Held a ética do cuidado é uma teoria moral que diz respeito às relações entre pessoas e grupos interdependentes no reconhecimento das necessidades e de mútuas responsabilidades. Diferente de outras teorias morais universais (ética aristotélica, racionalismo kantiano, utilitarismo) a ética do cuidado é não só relacional, mas contextual, bem como busca reconciliar o cuidado com a justiça e a democracia, as práticas interpessoais com as práticas sociais e políticas, os contextos particulares com os contextos globais, os cuidados humanos com os cuidados aos animais e com a manutenção da vida no nosso planeta.²⁰

A noção de ética do cuidado na teoria moral contemporânea foi enunciada e desenvolvida pela primeira vez no artigo escrito por Milton Mayeroff, publicado no periódico *The International Philosophical Quarterly*. Em 1971 Mayeroff publicou livro com o mesmo título do artigo, *On caring*. Herdeiro da filosofia moral das Luzes e do humanitarismo psicológico e filosófico, Mayeroff define o cuidado como “ajudar alguém a desenvolver-se e a realizar-se”. Cuidado não deveria ser confundido com noções como desejo

18 Crenshaw, 1989; Duffy, 2011; Hankivsky, 2014.

19 Tronto, 1996, 2013.

20 Held, 2006.

bem, confortar, manter alguém, nem com uma relação momentânea ou um sentimento isolado. Cuidar é “um processo, uma forma de relacionar-se com alguém que envolve desenvolvimento, da mesma forma que a amizade só pode ocorrer pela confiança mútua e quando ocorre uma transformação intensa e profunda na relação.”²¹ Em uma expressão moral humanista e universalista, Mayeroff explica que o ser humano não está no mundo por sua capacidade de exercer domínio, de explicar ou de apreciar o mundo, mas somente pelo cuidado e por ser cuidado. Cuidar e estar no mundo, no sentido moral e material, são situações indissociáveis para compreender a condição humana, segun do Mayeroff.

No entanto, a ética do cuidado se tornou bastante conhecida e comentada, como passou a ser um conceito desenvolvido pela crítica feminista a partir de duas publicações seminais. O ensaio de Sarah Ruddick, *Maternal Thinking*, e o livro de Carol Gilligan, *In a different voice*.²² O livro de Gilligan deu um forte impulso à ética do cuidado ao defender a idéia de que as mulheres respondiam aos problemas morais a partir de situações contextualizadas e concretas, valorizando as relações, a comunicação e a noção de responsabilidade, enquanto os homens responderiam a partir de um quadro referencial abstrato e universal, de noções como certo e errado, justo e injusto, legal e ilegal. Estas diferenças de desenvolvimento moral entre homens e mulheres correspondem ao que Gilligan chamou de “voz diferente” da ética do cuidado para as mulheres e a ética da justiça para os homens.

Apesar das críticas posteriores ao binarismo de gênero e a um suposto essencialismo no pensamento de Gilligan, nos alinhamos a Joan Tronto quando alerta para a sutileza do pensamento de Gilligan. Ao reconhecer que as mulheres desenvolvem uma ética do cuidado, Gilligan não afirmou que se tratava de um processo natural. O seu estudo permite afirmar que a moralidade feminina é diferente da masculina, porém isso se deve à realidade diferenciada da vida das mulheres, que historicamente desenvolveram valores e padrões morais a partir das relações com os outros e com a responsabilidade. Também é importante sublinhar que Gilligan não adotou o discurso do “gueto da diferença”, ou seja, de que as mulheres seriam moralmente superiores aos homens porque assumem responsabilidades e estabelecem vínculos reais e concretos com o outro. Gilligan não pensa a ética do cuidado

21 Mayeroff, 1971, p. 1.

22 Gilligan, 1982; Rudick, 1989.

em termos de oposição à ética da justiça, mas a partir da diferença de gênero. Se há problemas com sua definição eles não estão no essencialismo, mas sim na restrição da ética do cuidado ao desenvolvimento psicológico. De acordo com Tronto, incluir na “voz diferente” da ética do cuidado outras diferenças – além do gênero, como a classe social, a raça e a etnia, implica na ampliação do debate e das interpretações sobre a teoria moral.²³

O ensaio de Ruddick é outra importante referência feminista da ética do cuidado. A autora desnaturaliza a maternidade ao defini-la como trabalho, prática e conhecimento. Como diferentes tipos de pensamento resultam das práticas dos sujeitos que os formulam – científico, religioso, matemático, moral – as mulheres mães também desenvolvem capacidades cognitivas e morais a partir das práticas diversificadas em relação a os cuidados maternos.²⁴

Seguindo a interpretação de Held, o trabalho de Ruddick foi inovador porque as interpretações críticas à maternidade produzidas pelas feministas da segunda onda consideravam a maternidade como uma das fontes da subalternidade e da dominação de gênero, não havendo, então, abordagens filosóficas sobre o tema. A maternidade estava associada à dominação patriarcal das mulheres ou restrita às interpretações biomédicas e bioéticas. A contribuição de Ruddick foi mostrar como as práticas maternas do cuidado poderiam ampliar a forma de pensar a moralidade e os valores associados não só às relações afetivas, mas às atitudes éticas e não violentas com relação à vida e ao mundo.²⁵

As contribuições de Ruddick e Gilligan à teoria moral feminista são bem conhecidas e continuam sendo referenciais. Cabe ainda destacar que as publicações feministas sobre a ética do cuidado que surgiram na década de 1980 trouxeram contribuições notáveis para o desenvolvimento da teoria moral feminista, como Nel Noddings, Eva Kittay e Diana T. Meyers, Marsha Hanen e Kai Nielsen, entre tantas outras.²⁶

Apesar da consolidação e ampliação da reflexão moral feminista sobre a ética do cuidado é importante retomar, mesmo com brevidade, a crítica formu-

23 Tronto, 1987.

24 Ruddick, 1994.

25 Held, 2006.

26 Noddings, 1984; Kittay e Meyers, 1987; Hanen e Nielsen, 1987.

lada por Joan Tronto ao afirmar que é necessário ir além da diferença de gênero neste debate. O problema de uma teoria moral fundamentada somente no gênero e na identificação de uma moralidade feminina é que não apresenta uma alternativa às teorias morais (aristotelismo, racionalismo, sentimentos morais, utilitarismo), mas uma moral suplementar, ou *outsider*. Consideramos pertinente a crítica de Tronto, pois mesmo reconhecendo a contribuição teórica e política da filosofia moral feminista e sua definição de ética do cuidado, o enfoque exclusivo na moralidade feminina, nas práticas e no trabalho feminino dos cuidados, reitera uma lógica cultural que já vimos em outros domínios, como a literatura feminina, a arte feminina, a ciência feminina, ou seja, a lógica do suplemento construída a partir da política da identidade e da diferença de gênero.

Concordamos com Tronto e Hankivsky de que se faz necessário superar esta lógica suplementar. A ética do cuidado não pode ser restrita à ação das mulheres, e mesmo quando a análise se dá a partir da constatação da predominância feminina em trabalhos de cuidado, uma abordagem interseccional é necessária para compreender as múltiplas interações entre cuidado, opressão e poder.

Outra importante observação de Tronto está relacionada à problematização da inclusão na ética do cuidado, porque não é possível cuidar a todos igualmente. Na ética do cuidado, desde o humanismo moral de Mayeroff, passando pela teoria moral feminista, as relações paradigmáticas de cuidados são aquelas que se estabelecem entre pessoas próximas, como mães e filhos, professoras e alunos, médicos e pacientes. Nossas responsabilidades e cuidados seriam, portanto, somente para quem conhecemos? Citando Tronto:

“Dizer que deveríamos cuidar daquele que está ao nosso alcance é ignorar as maneiras pelas quais somos responsáveis pela construção restrita de nossos horizontes. (...) Quando cuidar é usado como desculpa para limitar o âmbito de nossa atividade moral e concluimos que está relacionado apenas aqueles imediatamente próximos a nós, isto parece muito pouco para fundamentar uma teoria moral”.²⁷

Para Tronto, uma abordagem moral feminista do cuidado deveria começar pela crítica à exclusão, ou seja, demanda a ampliação do que significa cuidar dos outros e de quem sejam estes outros. Isto implica uma mudança signifi-

27 Tronto, 1997, pp. 198-199.

cativa do uso do conceito de cuidar. Seu uso não pode ser restrito à moral, ainda que seja um conceito ético, mas deve ser ampliado não só em termos de expansão das fronteiras dos cuidados, mas também de quem deve cuidar. Para além de uma concepção abstrata ou individualista e sentimental, o cuidado deve ser pensado como um conceito político, o que implica em perguntar de onde vem o cuidado: da família, das instituições filantrópicas, das organizações não governamentais, do mercado, do Estado? Ou em termos mais diretos: quem cuida de quem, como e por quê?

Pensar o cuidado como um conceito político é um desafio às nossas concepções de sujeito, de política e de democracia. Implica trazer para as práticas e para o vocabulário político noções como necessidade, interdependência, alteridade. De acordo com Tronto, “reconhecer a interdependência humana e as condições sobre as quais se organizam as desigualdades fornece um sólido fundamento às necessidades das instituições democráticas”.²⁸

O desafio político neste mundo globalizado e tão desigual no qual milhões vivem vidas precárias, com escassez de cuidados e distantes do bem estar mínimo para a manutenção da vida e da dignidade humana, será romper com as fronteiras identitárias e morais dos cuidados. Isto implica numa conceitualização do cuidado como responsabilidade e política social, tanto das práticas humanas quanto das instituições democráticas. Nesta direção, consideramos que o pensamento e as práticas feministas sobre os cuidados podem dar uma importante contribuição a estes desafios contemporâneos, tendo em vista a fortuna crítica produzida pela teoria feminista a respeito do tema.

O cuidado na escrita da História

A reflexão teórico-conceitual sobre o cuidado tem sólido enraizamento nas Ciências Humanas e, transversalmente, em algumas áreas disciplinares e profissionais como psicologia, enfermagem e serviço social. Foi significativa a contribuição da teoria feminista no conjunto desta reflexão, bem como na organização de uma epistemologia dos cuidados, conforme explica a socióloga Marlene Tamanini, em uma coletânea sobre cuidados, publicada recentemente no Brasil: “Contemporaneamente, o tema exige reposicionar os conceitos, repensar suas normatividades e recolocar

28 Tronto, 1996, p. 151.

velhas e novas questões à sua reconfiguração, a fim de reconstruí-lo como política social, com abertura para os inúmeros contextos de especificidades onde o mesmo é exercido ou demandado”.²⁹

No entanto, quando ajustamos o foco da análise para a produção historiográfica latino-americana, verifica-se a ausência do conceito de cuidado. Tal vez uma explicação provisória e parcial para esta ausência seja o desinteresse de boa parte dos/das historiadores/ras comprometidos com a história social e com a teoria marxista, que até meados da década de 1980 não considerou em seus modelos explicativos e metodologias a vida privada, a história das mulheres e as atividades consideradas infra-econômicas ou que não participavam do mercado de trabalho remunerado, majoritariamente femininas e de cuidados. Outra explicação igualmente parcial é o distanciamento da produção historiográfica *mainstream* (história econômica, história social e história política) da produção historiográfica feminista latino-americana, abrangendo a história das mulheres e os estudos históricos sobre gênero, classe e raça, muito expressivos a partir das décadas de 1980 e 1990, tanto nos países de língua espanhola, quanto no Brasil. É importante sublinhar que este distanciamento não se deu de uma só parte, pois a produção historiográfica feminista também adotou práticas acadêmicas de afastamento, ou de criação de espaços exclusivos nas universidades para os “estudos sobre mulheres”, situação esta que não ficou restrita aos meios acadêmicos latino-americanos, como bem analisou Joan Scott em seu já clássico artigo.³⁰

Estas dificuldades limitam, portanto, nossa tarefa de traçar um esboço da problematização conceitual do cuidado na produção historiográfica, mas propomos contornar o problema ao fazermos uma aproximação pelo conceito de assistência, presente em diferentes estudos sobre instituições médicas, de saúde pública e das reformas sanitárias. Outro conjunto de estudos que permite esta aproximação conceitual são aqueles relativos às profissões e aos serviços de cuidados; à filantropia, seus agentes e instituições, e às políticas de assistência ao parto e à maternidade. Portanto, propomos entender o lugar do cuidado na escrita da história no contexto latino-americano realizando um deslocamento semântico com o conceito de assistência sem a pretensão de um balanço historiográfico, mas de apontar para algumas abordagens que tangenciam o tema dos cuidados em alguns países da América Latina.

29 Tamanini *et al.*, 2018, p. 33.

30 Scott, 1995.

Antes de adentrarmos nesta breve análise historiográfica, cabe destacar a produção de pesquisas sobre o cuidado nas áreas de sociologia, economia e serviço social, resultado de algumas décadas de estudos e da crítica social feminista na América Latina. Sem pretender esgotar a extensa produção de artigos, teses e livros nestas áreas, destacamos as coletâneas publicadas no Brasil por Helena Sumiko Hirata e Nadya Araújo Guimarães, a já citada coletânea de Tamanini *et al.*,³¹ e as publicações da CEPAL, com diversas publicações disponíveis *online* sobre o debate conceitual, experiências de políticas de cuidado em países latino-americanos e metodologias de análise.³² A coletânea organizada por Hirata e Guimarães é um trabalho de fôlego, contando com a participação de pesquisadoras e pesquisadores de diferentes países que analisam as transformações contemporâneas do cuidado em diferentes atividades e/ou profissões, ou seja, o *care* como trabalho. Já a coletânea de Tamanini *et alii* soma ao esforço de revisão teórico-conceitual as reflexões a respeito do *care* como trabalho remunerado e das práticas não remuneradas do cuidado.

Retomando a discussão historiográfica, é importante dizer que a problematização do tema da assistência esteve presente em parte da história social nos estudos pioneiros sobre a organização de instituições benemerentes (caritativas e filantrópicas) e das elites patrocinadoras da assistência, bem como sobre as políticas assistenciais dos Estados latino-americanos, inclusive para o período colonial.³³ Por certo não se pode encontrar o conceito de cuidado nesta produção, afinal não era um conceito da história social na época da produção destes estudos, sequer o escopo daquelas investigações. No entanto, uma leitura mais atenta destas e de outras publicações contemporâneas podem hoje contribuir para uma abordagem histórica dos cuidados devido às análises econômicas, sociais e políticas abrangentes que realizaram, bem como trazem indicações valiosas de acervos e fontes documentais que podem ser reinquiridas pelo viés conceitual dos cuidados.

Herdeira desta produção historiográfica, mas ao mesmo tempo inovadora nas problematizações e no diálogo teórico interdisciplinar, destaca-se uma produção histórica mais recente sobre a assistência. Em diálogo com auto-

31 Hirata e Guimarães, 2012; Tamanini *et al.*, 2018.

32 Virreirae Magaña, 2010; Dighiero, 2015; Bidegaine Calderón, 2018.

33 Mesgravis, 1976; Russel-Wood, 1981; Passanante, 1987; Recalde, 1991.

res como Pierre Bourdieu, Michel Foucault, Jacques Donzelot, Norbert Elias e também com a nova história social, historiadoras e historiadores da assistência ampliaram o foco de suas análises das estruturas e das instituições para compreender as relações entre sujeitos, projetos políticos, relações de poder e de reciprocidade, e as conexões entre elites, o Estado e as classes populares. Destacam-se os estudos sobre instituições de saúde, reformas sanitárias e especialmente as novas investigações sobre a filantropia.

Uma importante coletânea sobre história da saúde foi lançada recentemente no Brasil, tendo como objetivo fornecer um estado da arte dos estudos sobre práticas médicas e de cura, a profissão médica, assistência hospitalar, assistência à infância e à maternidade, sanitarismo, história das epidemias, teorias e instituições médicas.³⁴Sobre os novos estudos da filantropia destacamos uma coletânea publicada no Brasil em 2015, resultado das investigações de um grupo de pesquisa sobre a história da assistência à saúde que reúne pesquisadoras e pesquisadores do Brasil e de Portugal. Esta coletânea trata das múltiplas faces da assistência à saúde e aos pobres, abrangendo as instituições de caridade luso-brasileiras mais antigas como as Santas Casas de Misericórdia, as relações entre filantropia e medicina e as instituições médico-filantrópicas, como hospitais, maternidades e ligas educativas e de combate às doenças.³⁵Outra publicação coletiva que merece ser destacada é o dossiê “Historia de la asistencia en Brasil y Argentina: saberes, experiencias y prácticas”, publicado em 2016. Trata-se de um esforço bilateral em propor um conjunto de análises históricas sobre a assistência médica e social nos dois países, dando relevo às políticas estatais, ao associativismo filantrópico, às instituições assistenciais e ao protagonismo feminino.³⁶Uma leitura crítica da historiografia da assistência na Argentina foi realizada por Beatriz Moreyra³⁷em artigo no qual traça as mudanças dos enfoques mais estruturais e estatistas e das interpretações pelas teorias do controle social, para as abordagens que valorizam a agência dos provedores da assistência e dos assistidos, com enfoque nas relações de poder, no associativismo e nas ambigüidades da assistência em projetos de modernização, como na Argentina

34 Teixeira, Pimenta e Hochman, 2018.

35 Sanglard *et al.*, 2015.

36 Alves *et al.*, 2016.

37 Moreyra, 2017.

da primeira metade do século XX, mas que também pode se estender a outros países da América Latina, como Brasil, Chile e Uruguai.

A produção histórica sobre a assistência filantrópica abrange um campo relativamente novo de estudos sobre as relações entre o gênero e a filantropia propondo debates conceituais, problematizações e metodologias de pesquisa singulares em diálogo com a teoria feminista sobre agência (*agency*) e os cuidados. Este campo investigativo começou a ser organizado a partir da década de 1990, interpelando o esquecimento historiográfico das mulheres de elite, do conservadorismo feminino e, principalmente, do associativismo feminino caritativo-filantrópico, que desde o século XVIII foi uma das mais importantes e legítimas formas de atuação das mulheres na esfera pública, ou nos espaços híbridos do privado e do público propiciados pelo exercício da benemerência feminina.³⁸

Este campo de estudos também revelou os paradoxos da agência filantrópica das mulheres de elite, marcada por valores de classe como o paternalismo, a superioridade moral das elites e das virtudes cristãs, o controle social, ao mesmo tempo em que propiciou a algumas delas oportunidades para o conhecimento das condições sociais das mulheres pobres e o envolvimento com pautas políticas expressivas em vários países da América Latina, como o sanitarismo, a educação universal e o sufrágio. Portanto, os estudos da filantropia por uma abordagem de gênero, classe e raça, abriram muitas frentes de pesquisas problematizando a pluralidade e os paradoxos da agência feminina, embora ainda muito concentradas no associativismo e nas ações das mulheres de elite, sendo necessárias investigações sobre a agência benemerente de mulheres das classes populares.

Dentre as várias frentes de pesquisas destacamos duas bastante promissoras: as relações entre o associativismo benemerente feminino e as políticas assistenciais organizadas pelo Estado; e as relações entre a filantropia e o feminismo. Pesquisas sobre o envolvimento das mulheres de elite, entre elas as médicas e advogadas, com a proteção e a assistência à maternidade e à infância, revelam os caminhos nem sempre facilmente trilhados para a elaboração e execução de políticas assistenciais. No entanto, estudos apontam para a convergência temporária de interesses da filantropia, dos médicos, das feministas e do corpo técnico ligado aos aparatos estatais de assistência social e à saúde em alguns países latino-americanos desde o início do século

38 Martins, 2015.

XX, o que não se deu sem conflitos e mesmo divergências, como demonstram os estudos realizados por Donna J. Guy, Biernat e Ramacciotti, e Tossounian para a Argentina,³⁹ Anne-Emanuelle BirneEhrick para o Uruguai.⁴⁰ Os estudos de Donna J. Guy também são referências para entender a ambigüidade do que a historiadora apropriadamente chamou de *performance of charity*, ações de caridade e de filantropia que propiciaram reconhecimento e prestígio social para as mulheres, bem como oportunidades de empoderamento ao se envolverem ou patrocinarem políticas assistenciais.

As relações entre a filantropia e o feminismo foram contempladas em estudos referenciais para a América Latina. No Brasil o trabalho pioneiro da historiadora Maria Lucia Mott deve ser destacado, pois desde a década de 1990 foi uma das primeiras a apontar para a necessidade de se compreender, para além dos estereótipos, as relações entre a benemerência e o feminismo, estudando associações benemerentes e as trajetórias de filantropas que também defenderam bandeiras feministas como a educação, a proteção à maternidade e à infância, os direitos das mulheres trabalhadoras e o sufrágio feminino.⁴¹ Uma amostra do fortalecimento deste campo de problematizações pode ser conhecida no dossiê “Gênero, assistência e filantropia” publicado na Revista Gênero em 2015. Os seis artigos têm em comum colocar em evidência o protagonismo feminino em práticas filantrópicas e de organização de profissões de cuidados como o Serviço Social.⁴²

Na Argentina, além do livro acima mencionado de Guy, estas relações foram analisadas nas publicações de Asunción Lavrin que realiza um estudo comparativo entre Argentina, Chile e Uruguai, e o artigo de Karen Mead, numa perspectiva muito próxima à análise desenvolvida por Mott, a respeito do feminismo maternalistana Argentina.⁴³

Próxima a esta produção historiográfica sobre feminismo, filantropia e políticas de assistência, estão os estudos sobre a assistência à maternidade e ao parto. Estes estudos estão em diálogo com uma expressiva produção his-

39 Guy, 1998, 2009; Biernat e Ramacciotti, 2008; Tossounian, 2015.

40 Birn, 2005; Ehrick, 2005.

41 Mott, 2001; Mott, Byington e Alves, 2005.

42 Martins, 2015.

43 Lavrin, 1995; Mead, 2000.

torigráfica feminista majoritariamente anglófona, que recua às décadas de 1970 e 1980, sobre medicina, ciência e história das mulheres, bem como a uma produção mais recente, das décadas de 1990 e 2000, sobre gênero, ciência e medicina.⁴⁴ Deste vasto campo da história social das mulheres, do corpo e da sexualidade, destacamos uma temática que teve grande repercussão entre historiadoras feministas: o conhecimento e as práticas de assistência ao parto e à maternidade.

As pesquisas sobre parto e maternidade abordaram as relações de poder urdidas pelo saber médico a respeito da natureza feminina, do corpo e da reprodução, como também os processos de institucionalização da assistência médico-hospitalar ao parto e à infância e a organização das especialidades médicas da ginecologia, obstetrícia, pediatria e puericultura. Esta produção historiográfica é a que mais se aproxima conceitual e metodologicamente dos mais recentes estudos sobre os cuidados, embora o uso desta palavra não seja usual nas publicações, a não ser de forma mais descritiva. A maior parte destes estudos procurou compreender as hierarquias e assimetrias de gênero, classe e raça na organização das especialidades médicas, o impacto do determinismo médico-científico sobre o lugar social das mulheres e as representações sociais do feminino. No entanto, algumas historiadoras não privilegiaram somente o ponto de vista do controle médico dos corpos femininos, dando visibilidade para saberes e práticas de cuidados organizados pelas próprias mulheres. Nessa direção cabe destacar alguns estudos referenciais produzidos no Brasil, Argentina e Chile.

Lamentavelmente a tese de doutorado da historiadora brasileira Maria Lucia Mott, defendida em 1998 na Universidade de São Paulo, não foi publicada, sendo o acesso mais restrito.⁴⁵ Trata-se de um trabalho pioneiro sobre parteiras no Brasil. Sua tese resulta de uma investigação social sobre as práticas de assistência ao parto na sociedade brasileira escravista do século XIX, revelando os espaços de atuação de mulheres brancas pobres, negras escravizadas e libertas, bem como de brancas estrangeiras no atendimento ao parto. Sua tese é sobre uma destas mulheres, a francesa Mme. Durocher, que realizou o curso de partos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e depois de diplomada atuou na profissão por quase 60 anos. Trata-se de uma pesquisa histórica de alta qualidade, desbravadora de acervos documentais

44 Martins, 2020.

45 Mott, 1998.

e exerceu notável influência neste campo de estudos históricos no Brasil, dando início a uma significativa produção de trabalhos acadêmicos sobre o parto e as parteiras.

Mott deu continuidade a este tema e aos estudos de imigração ao analisar as trajetórias de imigrantes européias, especialmente italianas, que exerceram a profissão de parteiras, diplomadas ou não, na cidade de São Paulo no século XIX.⁴⁶ Cabe ainda mencionar sua contribuição aos estudos sobre assistência ao parto e à maternidade com a organização do dossiê “Parto”, publicado na Revista de Estudos Feministas em 2002. Neste dossiê, além de contar com a contribuição dos artigos de pesquisadoras estrangeiras e brasileiras, há um levantamento bibliográfico sobre assistência ao parto no Brasil, de autoria de Mott. Este levantamento bibliográfico comentado é mais uma prova da importância de Maria Lucia Mott, sendo uma referência obrigatória para conhecer o campo dos estudos sobre assistência ao parto e à maternidade no Brasil.⁴⁷ Dando continuidade a esta linha de investigações cabe destacar os trabalhos de Ana Paula Vosne Martins e de Maria Renilda Barreto, em diálogo com as investigações iniciadas por Mott e que contribuíram também para as reflexões sobre gênero e assistência.⁴⁸

Na Argentina e no Chile há outras referências importantes que deram notável contribuição para os estudos sobre assistência ao parto e à maternidade. Na Argentina o trabalho de maior vigor é da historiadora Marcela Nari, resultado de sua tese de doutorado defendida na Universidade de Buenos Aires.⁴⁹ Trata-se de uma investigação sólida, aprofundada e muito bem documentada sobre as experiências da maternidade na cidade de Buenos Aires entre os séculos XIX e XX, abrangendo as realidades demográficas e sociais, a ideologia maternal, a organização dos saberes médicos e das políticas de maternidade e o processo de “politização da maternidade” pela educação e as políticas assistenciais. O quadro que Nari apresenta é bastante complexo e articula diferentes agentes e níveis de práticas e enunciações discursivas sobre a maternidade no contexto histórico de modernização da sociedade argentina. Do Chile destacamos o trabalho da historiadora María Soledad

46 Mott, 2007.

47 Mott, 2002.

48 Martins, 2004, 2005, 2011; Barreto, 2000, 2015.

49 Nari, 2004.

Zárate, outra demonstração de rigor metodológico na construção da análise sobre o parto e a maternidade na sociedade chilena do século XIX.⁵⁰ Seu livro apresenta um conjunto multifacetado de agentes e de experiências abrangendo médicos, instituições, parteiras, parturientes e a assistência ao parto, às mulheres e aos recém nascidos. Reafirmamos que a originalidade do estudo desenvolvido por Zárate não está no tema, nem na documentação expressiva, mas na maneira criativa e inteligente como usa o conceito de gênero para desenvolver a problemática de sua investigação, permitindo à autora “complexificar a história do parto e da maternidade, mostrando como a dominação e imposição dos saberes médico e científico está inextricavelmente ligado às resistências culturais, à aceitação e à colaboração entre médicos, parteiras e parturientes”.⁵¹

Por fim, há um conjunto de investigações históricas que são os estudos sobre as profissões femininas que se organizaram ainda no século XIX em torno do ideal altruísta de feminilidade e da noção de que as mulheres seriam mais adequadas moralmente para cuidar dos enfermos e dos mais necessitados. As narrativas históricas sobre a origem e a organização das profissões, sejam elas quais forem, geralmente são escritas por representantes das categorias profissionais, tendo como objetivo a produção da memória e a construção de um passado inteligível e coerente, muitas vezes marcado por dificuldades, incompreensões, conflitos e superações. Este trabalho memorialista, mais do que histórico, projeta para o passado um ideal identitário do presente ao valorizar os atributos e as qualidades profissionais consensuais, seja no campo do conhecimento –medicina, engenharia, direito, enfermagem, serviço social– seja no campo da deontologia profissional.

O mesmo processo se verifica para as profissões femininas que começaram a ser organizadas ainda no século XIX, como a enfermagem, e no começo do século XX, o serviço social. Estas duas profissões, assim como o magistério, foram qualificadas como femininas porque suas práticas e os serviços que prestavam evocavam o domínio das necessidades de indivíduos fragilizados pela doença, pela pobreza, pelo abandono ou, no caso do magistério, pela imaturidade e as especificidades da infância. Portanto, mesmo que os cuidados com doentes ou o ensino de crianças fossem prestados por homens enfermeiros e professores, a enfermagem, o magistério e o serviço social se tornaram profissões femininas pela associação entre os cuidados e a norma-

50 Zárate, 2007.

51 Martins, 2009.

lização da feminilidade. Estas profissões também foram vistas à época como adequadas para mulheres de classes médias que não se casavam e que precisavam se manter, portanto, seriam extensões de saberes e práticas que as mulheres traziam de sua experiência feminina na esfera privada para a esfera pública por meio do trabalho remunerado dos cuidados.

A história destas profissões femininas dos cuidados começou a ser escrita pelas mulheres profissionais, geralmente para enaltecer a profissão, sua importância social, mas igualmente o caráter das pioneiras e das responsáveis pela organização das respectivas profissões, imprimindo respeitabilidade e prestígio social às profissionais. São poucas estas publicações memorialistas laudatórias, quase desconhecidas das alunas das escolas de enfermagem e de serviço social, afinal uma disciplina de história destas profissões geralmente tem pouca importância frente às disciplinas técnicas e assistenciais, de acordo com Serdarevich, Suárez e Oguisso & Moreira.⁵² Mas este cenário vem mudando desde as décadas de 1970 e 1980, devido à influência da história das mulheres e do feminismo na elaboração de uma reflexão crítica destas profissões. Profissões femininas começaram a ser revisitadas pelas profissionais e por historiadoras, trazendo aparatos conceituais das ciências humanas e da crítica feminista para compreender os processos de feminilização de certas profissões, inclusive da medicina.⁵³

Sobre a história da enfermagem, a partir do final do século XX há um notável esforço acadêmico de profissionais da enfermagem em parceria com historiadoras e historiadores em realizar investigações históricas não somente sobre as origens da profissão, mas do lugar social da enfermagem, das relações com outras profissões como a medicina, a formação educacional, as relações e os espaços de trabalho, e as biografias. Para além da memória, esta nova história social da enfermagem opera com as categorias de gênero, classe e raça, produzindo análises mais sofisticadas e bem fundamentadas em documentação pouco conhecida e estudada. Cabe destacar a produção argentina e brasileira, com estudos sobre a educação e as escolas de enfermagem, o papel das enfermeiras na organização das políticas sanitárias, a presença das religiosas no exercício da profissão, especialmente nas instituições hospitalares, e a presença das mulheres negras na enfermagem profissional brasileira.⁵⁴

52 Serdarevich, 2017; Suárez, 2006; Oguisso e Moreira, 2019.

53 Morantz-Sanchez, 1985.

54 Ramacciotti, 2019; Mott e Tsunehiro, 2002; Campos, Oguisso e Freitas, 2007.

Outra importante profissão associada aos cuidados é o Serviço Social. Até a década de 1990 poucos foram os estudos históricos sobre o Serviço Social, geralmente memorialistas e laudatórios. Segundo Nidia Aylwin, é preciso considerar que houve um processo de desqualificação e mesmo de negação do passado profissional no Serviço Social, como talvez não tenha ocorrido em outra profissão.⁵⁵ A negação e a desqualificação do passado profissional fizeram parte da crítica rigorosa aos pressupostos políticos e teóricos do Serviço Social, realizada pelo movimento de reconceitualização, bastante influente na América Latina, de orientação teórica marxista e comprometido com a transformação social. A negação do passado associado à filantropia, ao assistencialismo e ao controle social, levou ao esquecimento e ao desconhecimento das diferentes práticas do passado, como o processo de feminilização do Serviço Social e as ambigüidades presentes neste processo, nem sempre de viés conservador.⁵⁶

A partir dos anos 1990 começa a se organizar uma nova história do Serviço Social, voltada para a complexidade dos processos envolvidos na organização da profissão e das práticas do trabalho social. No Brasil a história do Serviço Social ainda é um campo a ser explorado, havendo alguns poucos trabalhos que exploram as ambigüidades da assistência, as relações entre a filantropia e o Serviço Social, a organização da profissão, os espaços de formação, a influência da Igreja Católica e as trajetórias profissionais das assistentes sociais brasileiras.⁵⁷

No Chile destacamos a iniciativa de assistentes sociais e historiadores em realizar investigações históricas sobre o Serviço Social com enfoques mais precisos, tanto no recorte temporal, quanto em relação aos temas e as problemáticas; e no uso da metodologia histórica na seleção e análise de uma documentação mais diversificada. Destacam-se as publicações de Aylwin, Forttes e Matus; Illanes e a coletânea de história do Serviço Social chileno organizada por Maricela Gonzáles Moya.⁵⁸ Estas publicações propõem novas abordagens e problematizações históricas, destacando questões como a memória e a identidade profissional, a feminilização do Serviço Social, as escolas de formação, o processo de reconceitualização no Chile e as relações do

55 Aylwin, 1999.

56 Martins, 2018.

57 Backx, 1993; Machado, 2015; Pereira, 2016.

58 Aylwin, Forttes e Matus, 2004; Illanes, 2007; Moya, 2010.

Serviço Social com os direitos humanos. Como bem colocado por Moya, estas publicações revelam o encontro do Serviço Social com a História, como também contribuem para a reflexão a respeito da epistemologia do cuidado no âmbito das práticas e dos saberes profissionais.

Considerações Finais

Este quadro incompleto que esboçamos sobre a historiografia da assistência em alguns países latino-americanos resulta de uma tentativa de organizar as diferentes problematizações e abordagens que este tema suscita, demonstrando como é extenso, complexo, provocativo e aberto a continuidades e outras explorações pela investigação histórica. Consideramos que há duas tarefas importantes que podem ser realizadas por historiadoras e historiadores experientes neste campo dos estudos sobre assistência. A primeira é de natureza teórico-conceitual. O conjunto dos trabalhos mencionados neste artigo é, em grande parte, tributário das teorias do controle social como instrumento da análise das práticas e instituições de assistência. Faz-se necessário ampliar este referencial teórico e dois caminhos bastante promissores são a teoria feminista sobre o cuidado e os estudos de gênero. Práticas, instituições, profissões e políticas de assistência são indissociáveis de sistemas simbólicos e de representações sobre a ética, a dádiva, as subjetividades, o poder, a reciprocidade, e todos estes conceitos são atravessados por identidades e representações de gênero, classe e raça.

Trazer o tema do cuidado para a reflexão e a escrita da história requer, portanto, a disposição ao diálogo com os estudos de gênero e abordagens interseccionais, como da reflexão conceitual sobre o cuidado. Talvez, ampliando nossas ferramentas conceituais e conhecendo com mais profundidade os debates teóricos realizados em outras disciplinas a escrita da História possa ter algo a dizer sobre as “vidas infinitamente obscuras” e sobre sujeitos, práticas e relações de cuidado esquecidas ou silenciadas por teorias sobre o controle e o poder. O aparato teórico e conceitual sobre o cuidado pode nos ajudar a ver para além das estruturas e da mão de ferro do poder, iluminando os desvãos da agência dos sujeitos e os esforços individuais e coletivos presentes em todas as atividades individuais e coletivas do cuidar.

Fecha de recepción: 14 de septiembre de 2020

Fecha de aprobación: 18 de enero de 2021

Bibliografia

Alves, I. G., Trueba, Y.P., Rabelo, G., e Bracamonte, L. (2016). Historia de la asistencia en Brasil y Argentina: saberes, experiencias y prácticas. *Delaware Review of Latin American Studies*, 17(2). Recuperado de <https://udspace.udel.edu/handle/19716/19836>

Aylwin, N. (1999). Identidad e historiaprofesional. *Revista Colombiana de Trabajo Social*, 13, 7-23.

Aylwin, N., Forttes, A., y Matus, T. (2004). *La reinención de la memoria. Indagación sobre el proceso de profesionalización del Trabajo Social chileno. 1925-1965*. Santiago: Pontificia Universidad Católica de Chile.

Backx, S. S. (1993). *Trabalho, família e sociabilidade dos trabalhadores urbanos: reexaminando a história do Serviço Social* (dissertação inédita de mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Barreto, M. R. (2000). *Nascer na Bahia do século XIX* (dissertação inédita de mestrado). Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil.

Barreto, M. R. (2015). Dar à luz no Rio de Janeiro da *belle époque*: o nascimento das maternidades (1870-1920). Em G. Sanglard *et al. (org.)*, *Filantropos da Nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Editora FGV/FAPERJ. 185-202.

Bidegain, N. y Calderón, C. (2018). *Los cuidados em America Latina y el Caribe*. Santiago de Chile: CEPAL.

Biernat, C. y Ramacciotti, K. (2008). La tutela estatal de la madre y el niño en la Argentina: estructuras administrativas, legislación y cuadros técnicos (1936-1955). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 15 (2), 331-351.

Birn, A. E. (2002). 'No more surprising than a broken pitcher'? Maternal and child health in the early years of the Pan American Sanitary Bureau. *Canadian Bulletin of Medical History*, 19, 17-46.

Birn, A.E. (2005). Uruguay on the world stage. How child health became an international priority. *American Journal of Public Health*, 95 (9), 1506-1518.

Bock, G. y Thane, P. (1996). *Maternidad y políticas de gênero. La mujer en los estados de bienestar europeos, 1880-1950*. Valência: Cátedra.

Campos, P. F. S., Oguisso, T., y Freitas, G. F. (2007). Cultura dos cuidados: mulheres negras e formação da enfermagem profissional brasileira. *Cultura de los cuidados*, XI(22), 33-39.

Carrasco, C., Borderías, C., y Torres, T. (2011). *El trabajo de cuidados; historia, teoría y políticas*. Madrid: Catarata.

Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *The University of Chicago Forum*, 139-167. Recuperado de <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8/>

Dighiero, K. B. (2015). *Las políticas y el cuidador en América Latina. Una Mirada a las experiencias regionales*. Santiago de Chile: CEPAL.

Duffy, M. (2011). *Making care count; a century of gender, race, and paid care work*. New Brunswick, New Jersey, Londres: Rutgers University Press.

Engels, F. (1985). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global.

Ehrick, C. (2005). *The Shield of the Weak: Feminism and the State in Uruguay, 1903-1933*. Albuquerque: University of New Mexico Press.

Foucault, M. (1985). *História da sexualidade; O cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal.

Gilligan, C. (1982). *Uma voz diferente. Psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

Guy, D. J. (1998). The politics of Pan-American cooperation: maternalist feminism and the child rights movement, 1913-1960. *Gender & History*, 10(3), 449-469.

Guy, D. J. (2009). *Women build the welfare state. Performing charity and creating rights in Argentina, 1880-1955*. Durham/Londres: Duke University Press.

Hanen, M. y Nielsen, K. (1987). *Science, morality and feminist theory*. Calgary: Calgary University Press.

Hankivsky, O. (2014). Rethinking care ethics: on the promise and potential of an intersectional analysis. *The American Political Science Review*, 108 (2), 252-264.

Held, V. (2006). *The ethics of care: personal, political and global*. New York: Oxford University Press.

Hirata, H.S. e Guimarães, N. Araújo. (2012). *Cuidado e cuidadoras. As várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Atlas.

Illanes, M. A. (2007). *Cuerpo y sangre de la política. La construcción histórica de las visitadoras sociales en Chile, 1887-1940*. Santiago: Lom.

Izquierdo, M. J. (2004). Del sexismo y la mercantilización del cuidado a su socialización: hacia una política democrática del cuidado. Em *Congreso Internacional SARE 2003: Cuidar cuesta: costes y beneficios del cuidado*. Victoria-Gasteiz: Emakunde/ Instituto Vasco de La Mujer. 119-154.

Kittay, E.F. e Meyers, D.T. (1987). *Women and moral theory*. Totowa, New Jersey: Rowman & Littlefield.

Knot, S. e Taylor, B. (2007). *Women, gender and Enlightenment*. New York: Palgrave Macmillan.

Lavrin, A. (1995). *Women, feminism, and social change in Argentina, Chile, and Uruguay, 1890-1940*. Lincoln: University of Nebraska Press.

Machado, G. S. (2015). *Serviço Social, formação brasileira e questão social: na cadência do pioneirismo carioca* (tese inédita de doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Martins, A. P. V. (2004). *Visões do Feminino. A medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora da FIOCRUZ.

Martins, A. P. V. (2005). A ciência dos partos: visões do corpo feminino na constituição da obstetrícia científica no século XIX. *Revista Estudos Feministas*, 13 (3), 645-666.

Martins, A. P. V. (2009). Protagonistas, saberes e práticas da história do parto e da maternidade no Chile. *História, Ciências, Saúde. Manguinhos*, 16 (4), 1138-1141.

Martins, A. P. V. (2011). Gender and assistance: historical and conceptual considerations regarding assistance practices and policies. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 18(1), 15-34.

Martins, A. P. V. (2013). Bondade, substantivo feminino: esboço para uma história da benevolência e da feminilização da bondade. *História: Questões & Debates Curitiba*, 59, 143-170.

Martins, A. P. V. (2015). Dossiê Gênero, assistência e filantropia. *Gênero*, 15(2). Recuperado de <https://periodicos.uff.br/revistagenero/issue/view/1683>

Martins, A. P. V. (2018). O método da assistência: o encontro de mulheres profissionais e filantropas na criação e organização do Serviço de Obras Sociais (SOS) na cidade do Rio de Janeiro na década de 1930. *Tempo*, 24(2), 307-327.

Martins, A. P. V. (2020). Women, male doctors, and female historians: a historiographic essay on the history of women, medicine, and gender. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 27(1), 1-24. Recuperado de <http://www.scielo.br/hcsm>

Mayeroff, M. (1971). *On caring*. New York: Harper & Row Publishers.

Mead, K. (2000). Beneficent maternalism: Argentine motherhood in cooperative perspective. 1880-1920. *Journal of Women History*, 12(3), 120-145.

Mesgravis, L. (1976). *A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1599-1884). Contribuição ao estudo da assistência social no Brasil*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura.

Miranda, A. R. (2017). *Proto-feministas na Inglaterra setecentista: Mary Wollstonecraft, Mary Hays e Mary Robinson: sociabilidades, subjetividades e escrita de mulheres* (tese inédita de doutorado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil.

Morantz-Sanchez, R. (1985). *Sympathy and science. Women physicians in American medicine*. Chapel Hill/London: The University of North Carolina Press.

Moreyra, B. (2017). Modelo asistencial e historiografía en Argentina en la modernidad liberal. *Quinto Sol*, 21(3), 1-25.

Mothersole, B. (1989). *Female philanthropy and women novelists of 1840-1870* (tese inédita de doutorado). Faculty of Education and Design, Brussel University, Brussel, Belgium.

Mott, M. L. (1998). *Parto, parteiras e parturientes. Madame Durocher e sua época* (tese inédita de doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Mott, M. L. (2001). Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945). *Cadernos Pagu*, 16, 199-234.

Mott, M.L. (2002). Bibliografia comentada sobre a assistência ao parto no Brasil (1972-2002). *Revista Estudos Feministas*, Vol.10, N. 2, 493-507.

Mott, M. L. y Tsunechiro, M. A. (2002). Os cursos de enfermagem da Cruz Vermelha Brasileira e o início da enfermagem profissional no Brasil. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 55 (5), 592-599.

Mott, M. L., Byington, M. E. B., y Alves, O. S. F.(2005). *O gesto que salva: Pérola Byington e a Cruzada Pró-Infância*. São Paulo: Grifo Projetos Históricos e Editoriais.

Mott, M. L. et al. (2007). As parteiras eram 'tuttequante' italianas (São Paulo, 1870-1920). *História: Questões e Debates*, 47, 65-94.

Moya, M. G. (2010). *Historias del Trabajo Social en Chile, 1925-2008*. Santiago de Chile: Ediciones Técnicas de Educación Superior.

Nari, M. (2004). *Políticas de maternidad y maternalismo político. Buenos Aires, 1890-1940*. Buenos Aires: Biblos.

Noddings, N. (1984). *Caring: a feminine approach to ethics and moral education*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press.

Oguisso, T. e Moreira, A. (2019). Historia de la enseñanza de Historia de la enfermería en Brasil. *Cultura de los Cuidados* (Edición digital), 23 (55), 98-112.

Passanante, M. I.(1987). *Pobreza y acción social en la historia argentina*. Buenos Aires: Claridad.

Pereira, A. L. C. (2016). *Conservadoras ou revolucionárias: trajetórias femininas, filantropia e proteção social* (tese inédita de doutorado). Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil.

Perrot, M. (1995). Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. *Cadernos Pagu*, 4,9-28.

Ramacciotti, K. (2019). La profesionalización del cuidado sanitario. La enfermería en la historia argentina. *Trabajos y Comunicaciones*, 49, e 81. Recuperado de <https://doi.org/10.24215/23468971e081>

Recalde, H. (1991). *Beneficencia, asistencialismo estatal y previsión social*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina.

Reich, W. T. (1995). History of the notion of care. Recuperado de www.theology.georgetown.edu/ClassicArticle

Ruddick, S. (1989). *Maternal thinking; toward of politics of peace*. Boston: Beacon Press.

Ruddick, S. (1994). Thinking mothers/conceiving births. En D. Bassin *et al.*, (ed.) *Representations of motherhood*. New Haven/Londres: Yale University Press. 29-45.

Russell-Wood, A.J.R. (1981). *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

Saffiotti, H. (1969). *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Artes Editora.

Saffiotti, H. (1978). *Emprego doméstico e capitalismo*. Petrópolis: Vozes.

Sanglard, G. *et al.* (2015). *Filantropos da Nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Editora FGV/FAPERJ.

Serdarevich, U. (2017). Enfermería. Una perspectiva historiográfica. *Investigación en enfermería: imagen y desarrollo*, 17(2), 83-95.

Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99.

Smith, A. (2002). *Teoria dos sentimentos morais*. São Paulo: Martins Fontes.

Suárez, N. H. (2006). La historia de la enfermería: presencias y ausências en la enfermería uruguaya. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*, 10(3), 462-469.

Tamanini, M. *et al.* (2018). *O cuidado em cena. Desafios políticos, teóricos e práticos*. Florianópolis: Editora da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Teixeira, L. A., Pimenta, T. S., y Hochman, G. (2018). *História da Saúde no Brasil*. São Paulo: Hucitec.

Tossounian, C. (2015). Las asociaciones femininas y la emergencia de un Estado Social: la protección a la maternidad y a la infancia. (Buenos Aires, 1920-1940). *Estudios Sociales del Estado*, 1(2), 58-93.

Tronto, J. (1987). Beyond gender difference to a theory of care. *Signs*, 12 (4), 644-663.

Tronto, J. (1996). Care as a political concept. En N. Hirschman y C. Di Stefano. *Revisión de la política. Reconstrucciones feministas de conceptos tradicionales en la teoría política occidental*. Boulder: Westview Press. 139-156.

Tronto, J. (2013). *Caring democracy; markets, equality, and justice*. New York: New York University Press.

Virreira, S. y Magaña, C. C. (2010). *El cuidador en acción. Entre el derecho y el trabajo*. Santiago de Chile: CEPAL.

Wolff, V. (1985). *Um teto para todos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Zárate, M. S. (2007). *Dar a luz en Chile, siglo XIX. De la "ciencia de hembras" a la ciencia obstétrica*. Santiago: Ediciones de La Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos.

Zechelinski, B. P. (2012). *Três autoras francesas e a cultura escrita no século XVII: gênero e sociabilidades* (tese inédita de doutorado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil.